

Urbanista defende punição para desrespeito a PDU

Punição para as autoridades públicas que insistem em desrespeitar o Plano Diretor Urbano (PDU) da cidade e criação de planos de bairros, que dessem condições aos cidadãos de influir no futuro da cidade. Essas foram algumas das idéias apresentadas pelo professor de Planejamento Urbano da Universidade de São Paulo, Cândido Malta Campos Filho, durante o seminário Preservação da Memória Urbana, promovido pela universidade e pela Prefeitura de Vitória.

O seminário, encerrado na última quinta-feira, comemorou os

100 anos do projeto "O novo arrabalde", do engenheiro Saturnino de Brito, que planejou a expansão da cidade para a Zona Norte. Campos Filho, que já ocupou o cargo de secretário de Planejamento da cidade de São Paulo nas administrações de Olavo Setúbal e Reinaldo de Barros, escreveu também um livro sobre o tema, intitulado "Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos".

Campos Filho defende punições severas, inclusive com prisão, para homens públicos que desrespeitem o PDU. Projeto nesse sentido, de sua

autoridade, tramita desde 86 no Congresso Nacional, criando a figura do "crime de natureza urbanística".

"Obras inadequadas têm um grande impacto na qualidade de vida dos moradores da cidade", justificou, dizendo que é comum que haja esse desrespeito. O professor toca ainda no ponto da pouca participação popular nas soluções que são pensadas para as cidades. Para ele, isso pode ser resolvido com a criação dos planos diretores de bairros. "A discussão ficaria mais perto do cidadão, saindo da esfera abstrata para as

ações concretas, de forma que a população possa entender o que está acontecendo", disse ele.

Na cidade de Mauá, em São Paulo, cinco desses planos já foram desenvolvidos. Como forma de preservar a qualidade de vida dentro dos bairros, o professor propõe a criação de centros comunitários, organizando os bairros de forma de ter o comércio nos limites do bairro e um miolo com equipamentos como escolas, creches e centro comunitário, ao redor do qual se ergueriam as residências.

"Assim, a criança pode ir à es-

cola sem atravessar avenidas de tráfego intenso. Estatística do Denatran mostra que a maior causa de mortes de crianças de 7 a 14 anos são os atropelamentos", afirmou, definindo os locais como "ilhas de tranquilidade", que contrariam com toda a infra-estrutura necessária, sem, no entanto, afetar a qualidade de vida.

Nos bairros, ele propõe a limitação do tráfego criando ruas sem saída, fazendo com que haja corredores principais, por onde se distribui o comércio, e vias secundárias para residências e es-

colas. "Vitória parece estar caminhando para um planejamento melhor, mas o PDU é ainda muito abstrato para que o cidadão fique atento à discussão", avaliou.

Outra proposta do professor é que os moradores sejam incentivados a gostar de seu bairro, através do conhecimento de sua história. "Outro ponto, bem mais complicado, é a elaboração de orçamentos para cada bairro, de forma que qualquer pessoa possa entender e saber de quem cobrar os investimentos que devem ser feitos", observou.

Posto não pára aterro em Goiabeiras

As obras de aterro para construção de um posto de combustível às margens da reta do Aeroporto de Goiabeiras continuam recebendo caminhões com resto de materiais de construção e lixo doméstico, apesar do embargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER).

Segundo o diretor-substituto do Ibama, Sebastião Garcia, a obra foi embargada por estar em uma área de preservação ambiental - manguezal -, e fugir dos padrões estabelecidos pelo DNER.

Sebastião Garcia informou que os fiscais do Ibama, a partir de hoje, farão uma fiscalização diária no local para multar as empresas e os caminhões particulares que estejam despejando entulho no terreno.

Ele informou, ainda, que a Superintendência do DNER enviará hoje ao local um trator escavadeira para abrir uma vala em torno do terreno e impedir a passagem de caminhões carregados de entulho. "Caso seja confirmado o despejo de restos de materiais de construção e lixo no local, multaremos mais uma vez o proprietário e os caminhões em R\$ 4 mil. Enquanto a questão não for julgada pelo Ibama, nada poderá ser feito na área", disse.

Segundo um funcionário do proprietário do terreno, Pedro Paulo Dalcol, as obras na área foram paralisadas desde a ordem de embargo, cabendo a outras empresas a responsabilidade pelo despejo de entulho. O funcionário informou que Pedro Paulo Dalcol está viajando e quando retornar vai se pronunciar sobre o caso.

NATAL DE OURO

50 TVs TELA GRANDE TODO MÊS E 50 kg DE OURO NUM ÚNICO PRÊMIO SÓ PARA VOCÊ.

50 kg de ouro valem R\$ 122 milhões, que você aplica na poupança e recebe até 70 SALÁRIOS-MÍNIMOS todo mês! Cada compra vale um cupom.

Não tem discussão. O Bonzão garante sempre a menor prestação. Venha conferir.

TELEVISORES			ELETRO	
 <p>14"</p> <p>GARANTIA TOTAL 3 ANOS</p> <p>cce</p> <p>150 unidades</p> <p>TV COLOR CCE HPS - 1470/1480/1481 - 14" (36CM). Controle remoto. TV a cabo. Timer. Funções na tela.</p> <p>À vista R\$ 299,00</p> <p>65,80 ou 5 x 24, = R\$ 329,00 = R\$ 576,00</p>	 <p>14"</p> <p>GARANTIA TOTAL ATÉ 2001</p> <p>Garantia total válida até 31/07/2001</p> <p>140 unidades</p> <p>PHILCO</p> <p>TV/MONITOR PHILCO HI-VISION PCM-1446 - 14" (36CM). Controle remoto. 181 canais - TV a cabo. PAL-M/NTSC. Entrada AV. Timer.</p> <p>À vista R\$ 357,00</p> <p>78,90 ou 5 x 29, = R\$ 394,50 = R\$ 696,00</p>	 <p>14"</p> <p>130 unidades</p> <p>PHILIPS</p> <p>TV PHILIPS 14 GL 1019 LUXO 14" (36CM). Controle remoto. Seleção automática de canais e sleep timer.</p> <p>À vista R\$ 348,00</p> <p>76,60 ou 5 x 28, = R\$ 383,00 = R\$ 672,00</p>	 <p>Põe na Consul</p> <p>REFRIGERADOR CONSUL CONTEST RC 28D/E. 275 litros. Gaveta de degelo.</p> <p>À vista R\$ 485,00</p> <p>106,70 ou 5 x 39, = R\$ 533,50 = R\$ 936,00</p>	 <p>80 unidades</p> <p>REFRIGERADOR ELECTROLUX/PROSDÓCIMO D 44. 440 litros. Gavetas no freezer. Degelo automático no refrigerador. Capacidade do freezer: 105 litros.</p> <p>À vista R\$ 965,00</p> <p>212,30 ou 5 x 78, = R\$ 1.061,50 = R\$ 1.872,00</p>
 <p>20"</p> <p>GARANTIA TOTAL 3 ANOS</p> <p>cce</p>	 <p>20"</p> <p>Fone de ouvido sem fio</p> <p>PHILCO</p>	 <p>20"</p> <p>SEMP TOSHIBA A EMPRESA DO ANO</p> <p>GARANTIA TOTAL até 03.01.2000</p>		

Foreiro ainda paga taxa de lote à DPU

A Delegacia do Patrimônio da União (DPU) deu início, na última sexta-feira, à entrega das taxas de cobrança do aforamento ou ocupação de 33 mil imóveis situados em terrenos de marinha. A cobrança está sendo entregue nas residências através dos Correios e a taxa deverá ser paga até o dia 27 de dezembro.

A taxa que está sendo entregue é referente ao exercício do ano de 96. A estimativa da delegada titular da DPU, Chisue Kawashima de Souza, é que das 33 mil cobranças, cerca de 11 mil sejam referentes a taxas de aforamento e as demais, de ocupação. Ela explica que os proprietários de terrenos situados em áreas de marinha que solicitaram o aforamento depois de 5 de março, quando terminou o primeiro prazo, depois prorrogado, ainda terão que pagar este ano como ocupantes.

De 20 mil imóveis convocados a fazer o aforamento, apenas 6,8 mil entraram com o pedido. "Como o prazo foi prorrogado até setembro, o trabalho de análise dos pedidos ficou prejudicado. Esperamos até julho do próximo ano já ter a conclusão", explicou.

O valor da taxa depende do tamanho e localização do terreno. Em terrenos aforados, o valor cobrado é de 0,6% do valor de mercado do terreno. Já os ocupantes que já eram proprietários antes de 1988 pagam 2% sobre o valor do terreno e, depois dessa data, o percentual sobe para 5% do valor.

Os proprietários de terrenos de marinha que estão recebendo a cobrança têm a opção de pagar o valor à vista ou parcelado em até seis vezes, com atualização mensal pela Ufir. Em caso de não pagamento até o dia 27, a multa varia de 30 a 40% do valor.

Como informou a delegada, em caso de inadimplência, se mesmo após a tentativa de cobrança amigável a taxa não for paga, os devedores serão inscritos na dívida ativa do Estado. "Quem por algum motivo não receber a cobrança em casa deve procurar a DPU para saber o valor a ser pago", afirmou Chisue, alertando que o prazo para pagamento não poderá ser prorrogado, pois tem que ser feito o final deste ano.